

EDUCAÇÃO E MOBILIDADE: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA CARTÃO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO NA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO MARANHÃO

Oscar Adelino Costa Neto ¹

Edvard Sales Ferreira Neto ²

RESUMO

Este artigo analisa o impacto do Programa Cartão Transporte Universitário (PCTU) na permanência estudantil de jovens de baixa renda no ensino superior do Maranhão. Com base nos dados da Secretaria de Juventude (SEEJUV, 2015–2021) e entrevistas realizadas com beneficiários e gestores, observa-se que o programa beneficiou cerca de 9.200 estudantes, com investimento de R\$ 7,1 milhões e uma redução de 30% na evasão escolar comparada à de não-beneficiários. Os resultados indicam que 78% dos entrevistados atribuíram ao PCTU a continuidade dos estudos e 62% relataram melhoria do rendimento acadêmico, com maior destaque entre estudantes rurais. O artigo evidencia a eficácia do programa como política de equidade ao reduzir barreiras geográficas e promover inclusão social, embora destaque desafios como cobertura insuficiente em áreas remotas e necessidade de integração a outras políticas de assistência estudantil. Conclui-se que o PCTU é fundamental para garantir o direito à educação, sendo necessária sua ampliação e aprimoramento para maximizar o impacto positivo na permanência e sucesso acadêmico dos estudantes vulneráveis do Maranhão.

Palavras-chave: Políticas educacionais, Mobilidade estudantil, Equidade no ensino superior, Permanência acadêmica, Inclusão social..

INTRODUÇÃO

A ampliação do acesso à educação superior para jovens de baixa renda no Maranhão esbarra, historicamente, em obstáculos estruturais como distância entre

¹ Pós-Graduado pelo Curso de Gestão Educacional pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais – Ipemig, oscaracneto@iema.edu.ma.gov.br

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, edvard.neto@discente.ufma.gov.br



residência e instituição de ensino, ausência de transporte público adequado e desigualdades socioeconômicas profundas. O Programa Cartão Transporte Universitário (PCTU), criado a partir da Lei nº 10.691 de 2017, surge como resposta do Estado a este desafio, representando política pública de equidade que visa garantir o direito de permanência e conclusão de cursos superiores para estudantes vulneráveis, sobretudo moradores de zonas rurais e regiões periféricas.

A relevância do tema está ancorada na relação entre mobilidade, inclusão e permanência escolar, dimensões centrais do debate educacional contemporâneo. Dados atuais evidenciam que a evasão escolar no nível superior é sensivelmente maior entre alunos que enfrentam barreiras de deslocamento, especialmente no Maranhão, onde jovens percorrem mais de 100 km diariamente para estudar. Dessa forma, políticas de apoio ao transporte universitário revelam implicações não apenas acadêmicas, mas também sociais, econômicas e territoriais ao possibilitar que os estudantes exerçam plenamente seu direito à educação.

O presente artigo, ao adotar abordagem qualiquantitativa e o método materialista histórico-dialético inspirado em Marx (1978), busca compreender tanto o impacto do PCTU, a partir de dados estatísticos e documentos oficiais, quanto as experiências e narrativas reais vivenciadas por beneficiários do programa. Esse duplo enfoque permite não só mensurar resultados como também captar o significado da política na vida dos estudantes, evidenciando limites, desafios e potencialidades para aprimoramento futuro.

Por fim, o estudo propõe-se a contribuir para o debate sobre educação pública, permanência escolar e justiça social, apresentando informações relevantes para a formulação e avaliação de políticas de assistência estudantil, especialmente em contextos de desigualdade regional.

A literatura sobre permanência estudantil no ensino superior destaca as múltiplas dimensões do acesso à educação, ressaltando que políticas de assistência — como transporte, moradia e alimentação — são determinantes para garantir não apenas o ingresso, mas sobretudo a trajetória acadêmica dos estudantes mais vulneráveis. Segundo estudos de Secchi (2010) e Dallari (1998), políticas públicas são instrumentos essenciais para a redução das desigualdades sociais e promoção do direito à educação, especialmente em contextos marcados pela precarização do transporte escolar e pela distância geográfica entre residência e campus universitário.



Autores como Bodstein et al. (2017) apontam que a evasão escolar está frequentemente associada à insuficiência de apoio institucional, dificuldades financeiras e barreiras logísticas, principalmente entre jovens de áreas rurais. Políticas de transporte universitário têm se consolidado em diversos estados brasileiros como estratégia de equidade, sendo reconhecidas pelo seu potencial para diminuir a evasão e melhorar o desempenho acadêmico (Astolfi et al., 2021). Quando direcionadas a públicos vulneráveis, tais políticas promovem inclusão social e mobilidade ascendente, além de contribuir para o desenvolvimento regional.

No contexto maranhense, trabalhos recentes reiteram a relevância do Cartão Transporte Universitário como mecanismo de permanência que vai além do benefício financeiro: representa instrumento de empoderamento, pertencimento e garantia de direitos fundamentais (Ferreira Neto et al., 2022). As análises mostram que beneficiários relatam não apenas menor evasão, mas também ganhos em rendimento, desenvolvimento profissional e autoestima, especialmente entre estudantes que precisam conciliar trabalho, estudo e deslocamentos longos.

Por fim, os debates contemporâneos salientam que, para maior efetividade, políticas de transporte devem ser integradas a outros programas de assistência estudantil, como bolsas, moradias e apoio psicossocial, visando responder de maneira sistêmica à complexidade das dificuldades enfrentadas pelos universitários de baixa renda.

METODOLOGIA

Este artigo emprega abordagem qualitativa e método materialista histórico-dialético, com base nas estratégias consagradas pela análise de políticas públicas e trajetórias educacionais. Foram coletados dados secundários da Secretaria de Estado da Juventude (SEEJUV) sobre beneficiários do PCTU entre 2015 e 2021, complementados por entrevistas semiestruturadas realizadas com 50 estudantes beneficiados e 10 gestores públicos responsáveis pela execução do programa.

A análise documental compreendeu legislação, relatórios de execução e dados estatísticos relacionados ao programa, buscando identificar padrões de permanência, evasão escolar e impacto socioeconômico. As entrevistas foram analisadas por meio de categorização temática, priorizando relatos sobre barreiras enfrentadas, mudanças percebidas após o acesso ao benefício e sugestões de aprimoramento.



O método dialético permitiu articular, nas análises, as dimensões objetivas dos dados numéricos com os aspectos subjetivos das experiências relatadas, integrando contextos individuais e coletivos. O rigor ético foi assegurado pelo consentimento dos participantes e garantia de anonimato nos relatos pessoais.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo fundamenta-se na compreensão das políticas públicas como instrumentos de promoção da equidade social, desenvolvimento humano e garantia de direitos, tal como discutido por Secchi (2010) e Dallari (1998). A partir da ótica materialista histórico-dialética, conforme Marx (1978), entende-se que a permanência estudantil e o acesso à educação superior são resultados de processos históricos, lutas sociais e transformações institucionais orientadas pela busca de justiça social.

Segundo autores como Castro (2018) e Astolfi et al. (2021), o direito à educação implica, além do acesso formal, o desenvolvimento de políticas integradas de assistência estudantil que contemplem as reais necessidades da população vulnerável – incluindo transporte, moradia, alimentação e apoio pedagógico. O PCTU, ao reduzir barreiras de deslocamento, expressa o papel do Estado em atenuar desigualdades regionais e estabelecer as condições materiais para a efetivação do direito à permanência acadêmica. De acordo com Bodstein et al. (2017), as políticas de transporte universitário são fundamentais na estratégia de democratização do acesso, especialmente em territórios onde a distância e a precariedade da infraestrutura constituem entraves históricos à inclusão educacional.

Ferreira Neto et al. (2022) aprofundam a análise sobre o impacto de políticas de mobilidade universitária, apontando que benefícios como o Cartão Transporte contribuem de forma decisiva para o rendimento acadêmico, a autoestima e o exercício pleno da cidadania pela juventude do campo e das periferias. Tais práticas estão alinhadas ao conceito de justiça social defendido por autores como Fraser (2001), ao reconhecer que políticas compensatórias são fundamentais para corrigir distorções estruturais e garantir oportunidades reais para todos.

No contexto do Maranhão, a literatura consultada evidencia que a integração do transporte universitário com outras frentes de assistência estudantil potencializa seus efeitos, e que a participação das instituições de ensino, família e comunidade é essencial



para fortalecer a permanência, reduzir a evasão e assegurar a formação qualificada dos futuros profissionais. Nesse sentido, a pesquisa evidencia que o êxito das políticas de permanência requer o contínuo aprimoramento institucional, avaliação sistemática e participação ativa da sociedade civil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados revela o impacto direto e significativo do Programa Cartão Transporte Universitário (PCTU) sobre a permanência de estudantes de baixa renda no ensino superior do Maranhão. A partir de 2017, com a implementação do PCTU, observou-se uma redução de 30% nos índices de evasão escolar entre os estudantes beneficiados em comparação com aqueles que não faziam parte do programa, resultado que destaca sua eficácia como política afirmativa de combate às desigualdades.

Uma das principais evidências encontradas neste estudo é que 78% dos entrevistados atribuíram ao PCTU a possibilidade real de continuidade dos estudos universitários, reforçando a centralidade das políticas de mobilidade para reduzir barreiras materiais de acesso à educação. Esse percentual é ainda mais expressivo entre estudantes residentes em áreas rurais, para quem o programa não só garantiu o deslocamento, mas possibilitou uma rotina acadêmica menos estressante, maior assiduidade e qualidade no rendimento acadêmico. Aproximadamente 62% dos beneficiados relataram melhora no desempenho acadêmico após a adesão ao programa, evidenciando que medidas de apoio logístico repercutem positivamente na trajetória educacional.

Relatos qualitativos enriquecem a compreensão sobre o impacto do programa: estudantes e gestores destacam que, para além do benefício financeiro, o Cartão trouxe sensação de pertencimento, segurança e valorização da trajetória estudantil. O acesso facilitado ao transporte permitiu que muitos pudessem conciliar estudo, trabalho e compromissos familiares, minimizando o risco de abandono escolar devido à sobrecarga ou desânimo. Ainda assim, o estudo aponta desafios persistentes: limitações em regiões muito remotas, filas de espera e necessidade de integração com outras políticas públicas, como assistência à moradia e alimentação.

O programa revelou-se, portanto, eficiente para promover equidade e inclusão, impulsionando mobilidade social ascendente e ampliando o horizonte de oportunidades para jovens historicamente marginalizados. Entretanto, a discussão reforça que apenas a



manutenção do benefício não basta—faz-se necessária a articulação de ações estruturais, o aperfeiçoamento da gestão do transporte, o monitoramento sistemático dos resultados e maior participação das instituições de ensino no monitoramento social do impacto.

Os sinais de sucesso do PCTU, evidenciados nos dados e relatos, subsidiados por literatura nacional sobre assistência estudantil e justiça social, atestam o valor de políticas públicas contínuas e integradas voltadas para permanência, desenvolvimento regional e fortalecimento da cidadania educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados deste estudo demonstram que o Programa Cartão Transporte Universitário (PCTU) exerce papel fundamental na promoção da permanência estudantil no ensino superior do Maranhão, ao reduzir barreiras geográficas e econômicas que historicamente dificultavam o acesso à educação para jovens de baixa renda, especialmente residentes em áreas rurais e periféricas. A análise qualiquantitativa, integrada aos relatos dos beneficiários e gestores, evidencia que o PCTU foi decisivo tanto para evitar a evasão escolar quanto para melhorar o desempenho acadêmico, promovendo inclusão social, desenvolvimento regional e justiça educacional.

A pesquisa destaca que a efetividade do programa reside não apenas no benefício financeiro, mas também na transformação das trajetórias pessoais e profissionais dos estudantes, empoderando-os e consolidando políticas de equidade. No entanto, persiste o desafio de ampliar sua cobertura, integrar o PCTU a outras políticas de assistência estudantil, aprimorar a logística do transporte e fortalecer o monitoramento institucional para maximizar o impacto positivo desta iniciativa.

Conclui-se que políticas públicas orientadas à superação das desigualdades territoriais e à garantia da permanência escolar são estratégias imprescindíveis para a efetivação do direito à educação, alinhadas ao desenvolvimento sustentável e à justiça social. O aprimoramento contínuo dessas ações, aliado à participação ativa da sociedade civil e dos gestores educacionais, constitui caminho para consolidar uma educação superior verdadeiramente democrática e inclusiva no Maranhão.

REFERÊNCIAS

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise,



- casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. ISBN 9788522113538. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9073-0343>.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos humanos e cidadania. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. ISBN 9788516039455.
- MARX, Karl. O capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).
- MELLO, S. L. M. et al. Políticas públicas em Educação: uma agenda necessária para a sobrevivência da sociedade. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 32, n. 126, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/hHHNNfVnjcwHbyPGHzcVv8d/> Acesso em: 29 out. 2025.
- CERQUEIRA, M. C. Estratégias de permanência dos estudantes com deficiência na Educação Superior. Diálogos E Diversidade, v. 5, e20318, 2025. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/rdd/article/view/20318> Acesso em: 29 out. 2025.
- DIAS, D.; HERINGER, R.; TOTI, C. Permanência estudantil no ensino superior público brasileiro: reflexões a partir de dez anos de pesquisas. Cadernos de Estudos Sociais, v. 37, n. 2, 2025. Disponível em: <https://lepesufrj.org.br/wp-content/uploads/2025/09/artigo-Para-alem-do-apoio-material-Heringer-Dias-Prado-Toti-2025.pdf> Acesso em: 29 out. 2025.
- SILVA, D. B. et al. Evasão no ensino superior público do Brasil: estudo de caso em uma universidade pública paulista. Avaliação, v. 27, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/KJr3VDQdmbJtXJXYzMJVjcw/> Acesso em: 29 out. 2025.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2025. Todos pela Educação, 2025. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/anuario-brasileiro-da-educacao-basica-2025/> Acesso em: 29 out. 2025.
- BARBOSA, D. C. Evasão e permanência escolar: um debate na produção acadêmica nacional. Revista de Políticas Públicas e Cidadania, 2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/2250> Acesso em: 29 out. 2025.



SANTOS, F. G.; PAIVA, M. MORAIS. Políticas educacionais brasileiras: avanços, desafios e perspectivas. In: Anais ENLICO, 2025. Disponível em: https://mail.editorarealize.com.br/editora/anais/enlico/2025/TRABALHO_COMPLETO_EV218_MD1_ID472_TB71_26012025183602.pdf Acesso em: 29 out. 2025.

SIQUEIRA, J. B. Evasão escolar: os desafios da gestão escolar no cenário de pandemia. 2023. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/jspui/bitstream/123456789/15183/1/Evas%C3%A3o%20escolar%20os%20desafios%20da%20gest%C3%A3o%20escolar%20no%20cen%C3%A1rio%20de%20pandemia.pdf> Acesso em: 29 out. 2025.

FUNDAÇÃO FHC. Educação no Brasil: políticas públicas dos últimos trinta anos. Fundação FHC, 2025. Disponível em: <https://fundacaoofhc.org.br/linhasdotempo/educacao/> Acesso em: 29 out. 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). 2020-atual. Portal Gov.br, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia/2020> Acesso em: 29 out. 2025.

POLÍTICAS, P. Políticas de acesso e permanência no ensino superior brasileiro e português. SciELO Humanas, 2025. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2025/08/21/politicas-de-acesso-e-permanencia-no-ensino-superior-brasileiro-e-portugues/> Acesso em: 29 out. 2025.

NOVO FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2020. Disponível em: <https://fundeb.gov.br/> Acesso em: 29 out. 2025.

KIPNIS, K. Educação no Brasil: as principais políticas públicas das últimas três décadas. CEFORT UFAM, 2023. Disponível em: <https://cefort.ufam.edu.br/repositoriocp/polticas-educacionais-e/educacao-no-brasil-as-principais-politicas-publicas-das-ultimas-tres-decadas/> Acesso em: 29 out. 2025.

GOMES, S. Estratégias de combate à evasão escolar no Brasil. Nova Escola, 2023.

FHC, Fundação. Implementação de políticas públicas educacionais. Todos



Pela Educação, 2025. Disponível em:

<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/a-barreira-da-implementacao-de-politicas-publicas-educacionais/> Acesso em: 29 out. 2025.

FERREIRA NETO, Edvard Sales; SEINCMAN, Tomaz Magalhães;

COSTA NETO, Oscar Adelino. Caminhos da Educação no Maranhão: análise do Programa Cartão Transporte Universitário. [Arquivo do estudo].

